

Trump e Bolsonaro: trajetórias, contexto e mídia

Trump and Bolsonaro: trajectories, context, and media

Richard Romancini

Professor do Departamento de Comunicações e Artes (CCA) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP). Doutor em Comunicação pelo PPGCOM-USP. Desenvolve e orienta, nos últimos anos, trabalhos sobre movimentos sociais, comunicação e educação (<https://bit.ly/3wFaknc>). Email: richardromancini@usp.br.

Ana Júlia Gennari

Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero (FCL) e mestranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP). Atua e pesquisa nas áreas dos direitos humanos, movimentos sociais, cultura e educação. Email: anajuliagennari@gmail.com.

Resumo

No contexto geral da ascensão de políticos populistas de direita e das implicações sociais disso, a literatura científica tem registrado vários estudos que comparam o ex-presidente dos EUA Donald Trump e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro. São apontadas diversas semelhanças entre os dois políticos, conforme os focos de interesse dos pesquisadores. O presente trabalho insere-se nesse esforço coletivo, entretanto, opta por uma abordagem incomum que é destacar as diferenças entre Trump e Bolsonaro. Essas divergências são exploradas em três dimensões: as trajetórias pessoais, o contexto social em que se situam e as relações deles com a mídia. Para desenvolver o trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica, a fim de se desenvolver, no caso de cada um deles, uma narrativa que traz elementos para a discussão. Depois, elas são comparadas, com discussão dos achados do trabalho. Entre as observações que o estudo permite fazer estão: a grande diferença nos meios sociais em que os políticos cresceram ajuda a entender algumas diferenças comunicativas entre eles, a relação com as religiões parece ter um componente mais estratégico em Trump do que em Bolsonaro, o brasileiro é mais capaz de humor autodepreciativo e teme menos o ridículo do que o estadunidense.

Palavras-Chave

Populismo, Trump, Bolsonaro, Biografia, Contexto social, Mídia.

Abstract

Studies comparing former US President Donald Trump to Brazilian President Jair Bolsonaro have been published in the scholarly literature in the general context of the emergence of right-wing populist leaders and the social repercussions of this. Several parallels between the two politicians can be seen, depending on the researchers' areas of interest. The current study is a component of this collective effort, but it adopts a novel tack by emphasizing the distinctions between Trump and Bolsonaro. Their personal trajectories, the social framework in which they are located, and their relationships with the media are all examined in three different ways to examine these differences. To build the work, bibliographical research was done to create, for each of them, a narrative that adds details to the discussion. Following a summary of the study's findings, they are compared. The study enables us to make several observations, including the following: the vast differences in the social backgrounds in which the politicians grew up help to understand some communicative differences between them; the relationship with religion appears to have more of a strategic component in Trump than in Bolsonaro; the Brazilian is more capable of self-deprecating humor and fears ridicule less than the American.

Keywords

Populism, Trump, Bolsonaro, Biography, Social context, Media.

Introdução

O populismo é uma tendência global. Há diversos políticos em todo o mundo que podem ser compreendidos dentro dessa onda, como os primeiros-ministros da Índia, Narendra Modi, e da Hungria, Viktor Orbán, os presidentes da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, e das Filipinas, Rodrigo Duterte. O mesmo ocorre com o ex-presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, e com o brasileiro Jair Bolsonaro. O segundo se orgulha da alcunha de *Trump dos Trópicos* e procurou ter no primeiro um modelo. As semelhanças entre eles são significativas e já existe um conjunto de estudos que, sob diferentes enfoques, comparam os dois. Para dar alguns exemplos, há trabalhos que organizam discussões desse tipo sob o ponto de vista da ideologia (FELINTO; GRUSIN, 2021), do discurso (BARONAS; PONSONI, 2018), das campanhas presidenciais que eles fizeram (NOVOSELOVA, 2020) e de como atuaram na pandemia de Covid-19 (COSTA; BERNARDI, 2021).

Neste trabalho, nosso objetivo é comparar esses políticos, tendo como enquadramento três dimensões – trajetórias pessoais, o contexto em que se situam e as relações que estabelecem com a mídia. Esses eixos certamente são inter-relacionados, mas podem, para efeito expositivo e analítico, ser tratados em separado. Outra opção que nos pareceu válida foi destacar e discutir não as semelhanças entre eles, como é a ênfase geralmente nos estudos, mas as *diferenças*. A justificativa é que isso permite perceber – e tentar entender – a variedade de formas assumidas pelo populismo autoritário desses políticos, inclusive quanto às causas de possíveis diferenciações. Podemos sintetizar a questão geral de pesquisa do artigo como: *quais são as principais diferenças relacionadas com as trajetórias, contextos e relações com a mídia, na comparação entre Donald Trump e Jair Bolsonaro?*

Avalia-se que *populismo autoritário* é um conceito que compreende adequadamente Trump e Bolsonaro, uma vez que o entendimento dele como uma forma política que “prioriza o conservadorismo social, a ordem, as tradições comuns, a deferência a líderes fortes, e a estabilidade” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 78, tradução nossa) corresponde a características de ambos os políticos.

Em termos metodológicos, o estudo efetuou uma pesquisa bibliográfica sobre os políticos em questão, de modo a elaborar uma descrição histórica de cada um deles, que serve de base para o desenvolvimento da comparação.

1 Trajetória e contexto de Donald Trump

Donald John Trump nasceu em Nova Iorque, em 14 de julho de 1946. Seu avô paterno, Friedrich Drumpf, chegou aos EUA, em 1885, na adolescência, e o seu sobrenome, depois de já ser mudado para *Trumpf*, pela imigração, foi alterado para *Trump*, quando se naturalizou estadunidense. Ele prosperou como construtor e proprietário de restaurante, casando-se no país, onde teve como segundo filho Frederick Christ Trump, em 1905. A família enfrentou dificuldades com a morte de Friedrich e pela recessão de 1920, mas, em anos posteriores, Frederick, junto com sua mãe, fez fortuna com negócios imobiliários em Nova Iorque.

As atividades empresariais dele envolveram, por vezes, controvérsias: na década de 1950, ganhou muito dinheiro do governo em um programa de moradia para veteranos da Segunda Guerra, agindo de modo questionável. Em 1973, a empresa familiar foi acusada de racismo, pela aparente tentativa de evitar que negros alugassem seus imóveis.

A fortuna da família permitiu que o quarto filho de Frederick, Donald, vivesse de maneira confortável, embora sob rígida criação. Por seu temperamento *rebelde*, quando

adolescente, foi enviado para um colégio militar, afastado da família. Biógrafos, como D’Antonio (2016), notam que a criação e os valores paternos estão associados a certos aspectos da personalidade do filho, como a competitividade agressiva, a extrema ambição e a capacidade de manipulação. Mais de uma vez, Donald Trump comentou a grande expectativa que seu pai tinha a respeito dele.

Desde cedo, ele teve interesse nos negócios da família e, durante seus anos como universitário, não se envolveu nos protestos estudantis da época, nem experimentou drogas ou bebidas alcoólicas. Escapou do alistamento para lutar na Guerra do Vietnã, com a desculpa de ter problemas nos calcanhares, algo que não o impedia de praticar esportes (D’ANTONIO, 2016). Por influência paterna, terminou os estudos superiores, em negócios imobiliários, na prestigiosa University of Pennsylvania. Atuou, desde 1968, como empregado do pai, na Trump Management. Três anos depois, se tornaria presidente da empresa que adotou o nome de The Trump Organization.

1.1 Rumo à celebridade

Na década de 1970, os empreendimentos de Trump, a juventude e a habilidade para a autopromoção, ainda que baseada em mentiras, o colocaram no caminho da celebridade (PENHA-LOPES, 2022). Sobre o último aspecto, ele alegou, por exemplo, que seu principal edifício, inaugurado em 1978, a Trump Tower, tinha 68 andares, quando, na verdade, possuía apenas 58 e criou a identidade falsa de um relações públicas que exaltava suas conquistas.

Em 1977, Trump se casou com a modelo Ivana Zelníčková. Esse casamento gerou dois filhos e uma filha, Ivanka, que desempenhou papéis importantes nos negócios familiares e durante a presidência de Trump. Na década de 1980, passou a atuar no ramo de cassinos – depois de obter uma licença –, hotelaria e outros setores, como os esportes e concursos de beleza. O único elemento que unificava esses interesses era a busca por publicidade, pois ele tinha entendido que a celebridade era uma forma de poder (D’ANTONIO, 2016).

Ao longo da década, se tornou um personagem midiático, aparecendo com frequência em jornais, revistas e na televisão. Em 1987, publicou seu primeiro livro, *The Art of the Deal* (A Arte da Negociação), escrito com a colaboração de Tony Schwartz. O livro, em cuja divulgação Trump gastou mais de 90 mil dólares (D’ANTONIO, 2016), se tornou um best-seller. Durante um dos debates presidenciais, ele se apresentou assim: “Eu sou Donald Trump. Eu escrevi *A Arte da Negociação*” (GERAGHTY, 2015, tradução nossa). Também cogitou, mas depois disse estar brincando, fazer seu juramento presidencial utilizando esse livro (NEWMAN, 2018). Essa anedota exemplifica um padrão comunicativo: a negação de afirmações que, após serem criticadas, Trump diz que deveriam ser entendidas como piadas. Falando a respeito do tumulto no fim do mandato de Trump, um comentarista observou que a carreira política dele envolveu sempre essa estratégia de desarmar e confundir o público, deixando o questionamento se o que dizia deveria ser levado a sério ou não (ALEEM, 2022).

Ainda casado oficialmente com Ivana, em 1985, Trump iniciou um relacionamento amoroso com outra modelo, que se tornaria, em 1993, sua esposa, tornando-se notícia nos tabloides. A indistinção entre vida privada e pública teria continuidade na carreira política de Trump. Isso se relaciona a uma mudança na imprensa estadunidense que, desde o fim da década de 1980, passara a noticiar as transgressões sexuais de figuras públicas (D’ANTONIO, 2016). Trump se divorciou novamente em 1997 e, no ano seguinte, conheceu outra modelo, Melania Knauss, com quem se casou, em 2005, e teve mais um filho.

1.2 De personagem a produtor midiático

Ao longo dos anos 2000, a visibilidade pública de Trump aumentou, conforme ele passou a ser não apenas um personagem da mídia tradicional – e da digital –, mas também um agente desses campos. Isso teve início em 2004, quando se tornou apresentador do reality show de empreendedorismo *The Apprentice* (O Aprendiz), concebido pelo produtor Mark Burnett – que antes fizera o reality *Survivor* –, transmitido pela NBC. Os episódios do programa eram finalizados com um bordão, popular entre os fãs da atração, dito por Trump: “*You’re fired!*” (Você está demitido!). O empresário agia como um chefe implacável.

The Apprentice foi um sucesso instantâneo e se tornou um formato exportado para vários países, inclusive o Brasil¹. A repercussão do programa se relaciona com um momento, pós-ataque do 11 de setembro e estouro da bolha das empresas ponto com, em que havia preocupação nos EUA com o mercado de trabalho (D’ANTONIO, 2016). O programa teve um reality show derivado, também apresentado por Trump, *The Celebrity Apprentice*, iniciado em 2008. Ele esteve à frente das quatorze temporadas, no todo, do reality original e de seu prolongamento com celebridades, sendo substituído, em 2017, por Arnold Schwarzenegger.

Em termos da mídia digital, Trump publicou seu primeiro tweet em quatro de maio de 2009 e cerca de dois anos depois criou uma conta no Facebook. Na primeira plataforma, nos anos iniciais, os tweets não eram frequentes e tinham fins basicamente autopromocionais: dele próprio, de suas participações na mídia e dos programas de televisão que apresentava.

Em 16 de junho de 2015, na Trump Tower e acompanhado por sua esposa, Donald Trump anunciou que seria candidato à presidência. Muitos duvidaram que a candidatura persistisse, já que em outras ocasiões ele aventara a ideia de concorrer à presidência, mas acabou desistindo. Embora desde o lançamento de seu primeiro livro tenha se posicionado sobre temas políticos e sociais, sugerindo uma possível candidatura a cargo majoritário. Assim, em 1988, pagou por anúncios de página inteira em grandes jornais no qual defendia o retorno da pena de morte e reforço policial em Nova Iorque, após um caso de grande repercussão de assalto e estupro de uma corredora, no Central Park. Cinco jovens, quatro negros e um latino, com idades entre catorzes e dezesseis anos, foram acusados pelo crime. Pressionados pelos policiais, eles foram levados a se implicar no episódio e condenados, sem provas materiais. Treze anos depois, um estuprador em série assumiu o crime, o que foi confirmado por material genético. Inocentados, receberam uma indenização de 41 milhões de dólares e Trump, num artigo de opinião, qualificou esse acerto como uma “vergonha”, dizendo que os jovens condenados “não eram exatamente anjos” (MARS, 2019).

É matéria de especulação se já nesse episódio Trump mirava uma carreira política, no entanto, como observa D’Antonio (2016), os instintos de Trump eram populistas e geralmente conservadores, e nesse momento sua expressão de ultraje ecoava o sentimento de muitos, reforçando a posição dele na arena pública. Por outro lado, em alguns momentos, Trump assumiu posições diversas da direita estadunidense, como ao defender, perante um comitê do Congresso, impostos maiores para os ricos, no início da década de 1990; ao fazer declarações favoráveis à legalização de drogas ilícitas, também nessa época; ou defender o direito de os gays servirem às Forças Armadas sem restrições, em 1993.

1.3 Inserção no mundo político

As tentativas efetivas de Trump concorrer à presidência, anteriores à sua vitoriosa campanha, ocorreram em 1999 e 2012. Na primeira, ele se desfilou do GOP – acrônimo de

¹ Já em 2004, a emissora Record produziu uma versão do programa, cujas quatro primeiras temporadas foram apresentadas por Roberto Justus, e as duas seguintes por João Doria, que mais tarde seria eleito prefeito e governador de São Paulo. Depois, Justus voltou para outras temporadas da série.

Grand Old Party, como é conhecido o Partido Republicano – e ingressou no Partido da Reforma com o plano de concorrer à presidência. Ele justificou a opção por esse partido, dizendo que os republicanos tinham se movido demasiadamente em direção à extrema direita (D’ANTONIO, 2016). Trump desistiu da candidatura, alegando que a sigla era muito desorganizada. A opinião dos líderes do partido, entretanto, era que Trump nunca levava a sério sua campanha e estava mais interessado em autopromoção e em divulgar seu último livro, lançado na época.

Em 2012, ele anunciou que pretendia disputar as prévias do Partido Republicano, no entanto, os baixos índices de apoio fizeram com que desistisse. Já nesse momento, Trump se voltara para posicionamentos políticos de direita – com xenofobia e racismo, envolvendo acusações à China e ao México por problemas sociais dos EUA, por exemplo – e, mesmo, teorias de conspiração, como a dos chamados *birthers*, que diziam ter dúvida sobre o local de nascimento do presidente Barack Obama. O que estava por trás disso era uma crítica à legitimidade do então presidente, por vezes com tons racistas e islamofóbicos.

Ao longo de sua trajetória, Trump se envolveu em vários embates com a imprensa, inclusive disputas legais, no entanto, demonstrava clareza quanto à mudança no panorama midiático, que o favorecia, por exemplo, quando disse a um biógrafo que achava a imprensa desonesta, mas que poderia contra-atacar, agora, por meio de seus perfis no Twitter e no Facebook (D’ANTONIO, 2016).

A desconfiança que Trump sempre devotou à imprensa crítica decorre do fato de que ela expunha más práticas em seus negócios, suas mentiras e baixa seriedade. Sua candidatura foi ironizada e o jornal *New York Daily News* o retratou como palhaço em sua capa. Essa associação foi constantemente feita pela mídia, durante a campanha. De maneira contraditória, a desconfiança e o desdém que o jornalismo *mainstream* e as elites políticas demonstravam ajudaram Trump de duas formas. Por um lado, como notam Just e Crigler (2020), ele recebeu menos escrutínio crítico da imprensa, por não ser levado a sério, do que os outros candidatos, políticos consolidados, na pré-campanha e na campanha presidencial. Por outro, sem os gritos “escandalizados dos comentaristas políticos, os *insiders* de Washington e os intelectuais vestidos de preto, seria difícil para Trump credenciar-se como porta-estandarte da raiva dos abandonados contra o sistema” (DA EMPOLI, 2019, p. 112).

O tom rude e de rebaixamento do debate público que a imprensa dava a Trump estava associado ao comportamento do candidato, que agia como um *troll* da internet. Nesse sentido, a imagem de palhaço tinha, para seus apoiadores, uma dimensão positiva, pois autorizava “o que eles queriam dizer, mas a decência e o bom senso (geralmente) impedem” (CHARNEY, 2016, tradução nossa). Trump usava com frequência em entrevistas e na mídia social termos como *feio* (*ugly*), *estúpido* (*stupid*), *traste* (*scumbag*) e *perdedor* (*loser*) (D’ANTONIO, 2016) para atacar pessoas; os veículos tradicionais de imprensa que o criticavam eram *fake news*. Outra forma de insulto a indivíduos era a atribuição de apelidos: os senadores democratas Bernie Sanders e Elizabeth Warren – que disse, sem base documental, ter ascendência indígena – eram o *Louco* (*Crazy*) e a *Pocahontas* e sua adversária na disputa presidencial foi apelidada de *Hillary Trapaceira* (*Crooked Hillary*).

No evento de lançamento de sua candidatura, na Trump Tower, em 2015, ele fez um discurso no qual adiantou os pontos que seriam reiterados na disputa das primárias republicanas e na campanha presidencial. Assim, enfatizou um pano de fundo de decadência e perda de liderança, por parte dos Estados Unidos, que justificava sua candidatura. A sua experiência em negócios, afirmava, seria fundamental para consertar o país e fazê-lo *grande de novo*. Os fatores associados à situação de crise seriam os acordos comerciais prejudiciais ao país, a imigração descontrolada, que justificava a construção de um muro entre os EUA e o México, a “grande mentira” do Obamacare, os altos custos do envolvimento em guerras no exterior e a fraqueza no combate a grupos terroristas.

Allen e Parnes (2017) observam que a retórica de Trump era rebuscada, mas sua mensagem de que os cidadãos estavam ficando para trás, excluídos por infiltrados e pessoas de fora, era direta e tocava em uma corda emocional nos homens brancos da classe trabalhadora. A ressonância do discurso de Trump foi favorecida pela similaridade com o sentimento de nostalgia por um país melhor, particularmente entre os trabalhadores de menor renda e educação (ALLEN; PARNES, 2017), que também existia no movimento Tea Party, bastante ativo nos anos de Obama no governo (HOCHSCHILD, 2016).

Além disso, o apoio de veículos de mídia alinhados à direita, como o da emissora de TV Fox New e do site Breitbart, bem como de personalidades do rádio e da internet conservadoras, foram valiosos. O diretor executivo do site mencionado, Steve Bannon, passou a integrar o comitê central da campanha, como diretor, em agosto de 2016. Associado ao Tradicionalismo e sua percepção da batalha cultural como o campo central da disputa política (TEITELBAUM, 2020), em seus anos no Breitbart, Bannon desenvolveu contínua crítica ao casal Clinton e aos democratas, e se aproximou de agitadores de direita na internet – como os ligados ao *gamergate*² –, que seriam mais tarde conhecidos como membros da *alt right* (direita alternativa).

Aspecto também importante da participação de Bannon na campanha de Trump foi seu conhecimento do trabalho da Cambridge Analytica, pois ele foi do conselho dessa empresa, cinco meses antes da eleição. A partir da captura de dados de usuários on-line do Facebook – por meio de brechas então existentes na governança da plataforma –, a empresa elaborava anúncios políticos com forte grau de personalização. A campanha de Trump gastou mais de 85 milhões de dólares com anúncios no Facebook que, dependendo do perfil do usuário, seriam pró-Trump ou anti-Hillary (PYBUS, 2019). É exagerado dizer que a vitória eleitoral de Trump se deve a isso, no entanto, numa eleição em que o vencedor ganhou por pequena margem, certamente, essas táticas foram relevantes, podendo ter feito a diferença.

Por aspectos como esses, Bannon pode ser visto como um dos *engenheiros do caos*, conforme o termo de Da Empoli (2019), ou seja, os estrategistas dos políticos que entenderam que a “indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais atenção e engajamento que os debates enfadonhos da velha política” (DA EMPOLI, 2019, p. 88).

A disputa no interior do GOP começou a pender para Trump, conforme as propostas feitas por ele e seus ataques aos adversários passaram a dominar o debate público e a conversa privada sobre política. A característica de ser um relativo *outsider* também contou a favor de Trump, inclusive na disputa eleitoral, na qual enfrentaria uma candidata, Hillary Clinton, fortemente associada ao establishment político e econômico.

Lideranças políticas do Partido Republicano tentaram conter a ascensão de Trump, pois havia a percepção de que o comportamento controverso do candidato poderia afastar parte do eleitorado – como os negros, latinos e mulheres –, levando o partido a um mau desempenho eleitoral. No entanto, o estilo de Trump encontrava adesão em vários grupos de indivíduos – inclusive pessoas sem preferência pelos republicanos – que passaram a lhe dar ainda mais suporte, hostilizando seus críticos e impedindo a mudança de candidato.

A campanha de Trump se dirigiu a medos, queixas, suspeitas e à ira de parte dos eleitores quanto à condição do país e de suas vidas. Explorar os medos, por meio de uma retórica dura, é uma especialidade dos políticos populistas. Da mesma forma, propor soluções simplistas para problemas complexos. Ainda que ineficazes, elas têm a vantagem de ser

² Esse caso envolve uma campanha, principalmente no ambiente on-line, entre os anos de 2014 e 2015, contra uma jornalista da área de games, com forte componente misógino e extremista, que alguns veem como um episódio de ascensão da *alt-right* (Romano, 2021). A hashtag *#gamergate* foi utilizada para coordenar os ataques à jornalista, por isso o termo pelo qual o caso acabou conhecido.

compreensíveis e endereçadas aos temores populares. A resposta ao crime seria, assim, ampliar o alcance da pena de morte; o desemprego seria enfrentado pela recuperação de empregos que os Estados Unidos tinham exportado para outros países e pela deportação de milhares de imigrantes, e o temor quanto à globalização, com novos e mais vantajosos acordos com parceiros comerciais como a China e o México (D'ANTONIO, 2016).

A ideia básica da campanha era que milhares de cidadãos que se sentiam sem poder e silenciados tinham, com Trump, ganhado voz. Entende-se, dessa perspectiva, a crítica de Trump ao *politicamente correto*, que ele associava aos democratas e que estaria se sobrepondo ao bom senso do povo. A utilização da elástica noção de politicamente correto podia servir ainda para abonar as pesadas críticas aos adversários e como distração quando Trump era confrontado com acusações. Foram várias as situações desse tipo, durante a campanha, envolvendo sexismo e assédio sexual, xenofobia e acusações de racismo, bem como sobre o envolvimento do governo russo, particularmente no ambiente on-line, para beneficiá-lo, nas eleições.

A equipe da campanha presidencial de 2016 de Trump priorizou a busca de votos em estados com grande número de eleitores no colégio eleitoral. A campanha concentrou-se, assim, nos estados do Cinturão da Ferrugem, no qual a mensagem rancorosa e isolacionista de Trump era bem acolhida por eleitores brancos da classe trabalhadora, e na Flórida, onde Obama tinha vencido por menos de um ponto percentual em 2012 (ALLEN; PARNES, 2017).

As pesquisas pré-eleição indicavam a vitória de Hillary, no entanto, a estratégia de Trump foi eficaz, para estupefação de muitos nos EUA e da imprensa mundial (WORLD..., 2016). Assim, embora o republicano tenha tido menos votos absolutos (62,9 milhões, 46,5% do total, incluindo *outros* e votos em branco) do que a oponente (65,8 milhões, 48,5%), seus números no colégio eleitoral foram maiores (306 x 232). Em alguns estados, a vitória foi apertada, como “na Pensilvânia com 44.000 votos de dianteira em 6 milhões; com 22.000 em Wisconsin; e com apenas 11.000 em Michigan” (DA EMPOLI, 2019, p. 144).

Na tarde do dia 9 de novembro, Hillary Clinton superou o estado de negação em que se encontrava (ALLEN; PARNES, 2017) e reconheceu a vitória do adversário. Não apenas ela estava incrédula, afinal, a candidatura vista como piada por tantos havia, realmente, vencido e Trump se tornara o 45º presidente dos Estados Unidos.

1.4 O mandato e a derrota na tentativa de reeleição

Trump tomou posse no cargo de presidente dos EUA no dia 20 de janeiro de 2017, aos 70 anos. A ocasião ficou pitorescamente marcada pela expressão *fatos alternativos*, utilizada pela ex-diretora da campanha, Kellyanne Conway, que fora nomeada como conselheira do presidente, para justificar a declaração do porta-voz da Casa Grande de que o público do evento tinha sido o maior de todos os tempos – apesar da falta de evidências disso. O discurso de posse reiterou os pontos principais de campanha e, no mesmo dia, Trump assinou ordem executiva buscando minar o Obamacare. Também foram retiradas, do site da Casa Branca, páginas referentes às mudanças climáticas e aos direitos da população LGBTQIA+.

Apesar de ter vencido a eleição, Trump reforçou comentários que tinha feito em novembro de 2016, alegando que a eleição tinha sido fraudada, sem apresentar evidências disso (MERICA; BRADNER; ACOSTA, 2017) – num discurso de desinformação ecoado depois por Bolsonaro.

Quanto ao seu governo, de maneira geral, houve consistência entre os pronunciamentos, o estilo da campanha e o que se viu na administração, com Trump tentando avançar uma agenda populista de direita, isolacionista e nativista, favorecida pelo fato de que,

na eleição de 2016, os republicanos conseguiram manter a maioria nas duas casas do Congresso. Entre outras iniciativas nesse sentido estão: o corte de impostos para empresas e grupos de maior renda, em 2017; o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, em 2017, com a transferência da embaixada do país de Tel Aviv para essa cidade, no ano seguinte – o que se relaciona mais com um aceno ao eleitorado evangélico interno, que acredita no retorno de Jesus para essa cidade, do que com o apreço a Israel (PENHA-LOPES, 2022); o início da construção do muro na fronteira com o México, em 2017; a revogação de proteções ambientais e a retirada do país do Acordo de Paris e da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020; diferentes ações de guerra comercial contra outros países, particularmente a China, procurando adotar uma atitude de protecionismo comercial.

Steve Bannon, que fora nomeado para o cargo de estrategista-chefe do governo acabou demitido – assim como outros integrantes iniciais do governo que entram em conflito com Trump –, após o episódio controverso, em 12 de agosto de 2017, da manifestação de vários grupos de direita, *Unite the Right* (Unir a Direita), na cidade de Charlottesville, na Virgínia. Os manifestando foram confrontados por uma multidão de opositores que também apareceu e houve brigas entre os grupos, com uma pessoa sendo morta. O presidente se pronunciou, aconselhado por Bannon, fazendo uma equivalência entre os manifestantes, para não se indispor com sua base de direita radical. A fala foi muito criticada e Bannon, demitido por sua associação com o extremismo (TEITELBAUM, 2020).

Nas relações com a mídia, durante seu mandato, Trump manteve o padrão conflituoso, acusando constantemente a grande imprensa de ser desonesta e mentir. Sua equipe produziu um anúncio televisivo (TRUMP, 2017) para celebrar as realizações dos cem primeiros dias de governo que possuía um pequeno trecho com a imagem de jornalistas profissionais e, sobre eles, surgia o texto *fake news*. Por conta disso, grandes emissoras de TV se recusaram a exibir o anúncio. Por outro lado, Trump deu continuidade a um forte padrão de uso da mídia social, particularmente o Twitter, em sua conta pessoal, para se comunicar com a população, mantendo um tom por vezes jocoso e informal, no que qual se percebem marcas da comunicação populista, como a simplificação e a emocionalidade.

Trump herdou uma economia em bom estado, em um ciclo de crescimento, e um ano após sua posse o índice de desemprego era o menor dos EUA em dezessete anos (DESEMPREGO..., 2017). No entanto, nas eleições de novembro de 2018, os republicanos perderam o controle da Câmara dos Deputados. Com isso, os democratas puderam avançar ações contra o presidente. A principal foi um pedido de impeachment, iniciado em setembro de 2019, sob a alegação de que, numa conversa com o presidente da Ucrânia, Trump teria feito pressões para que ele investigasse os negócios do democrata Joe Biden e do filho dele no país. A Câmara aprovou a impugnação de Trump por abuso do poder e obstrução do Congresso. Porém, o Senado, onde os republicanos tinham maioria, acabou absolvendo-o.

O maior problema da administração Trump foi a crise decorrente da pandemia de Covid-19. No começo de 2020, o presidente teve uma atitude negacionista, acusando a oposição e a imprensa de exagerarem os temores, também foi preconceituoso, chamando o coronavírus de *vírus chinês* e *kung flu*. No entanto, conforme a doença se disseminava e as mortes aumentavam, adotou abordagem mais sóbria e realista, embora lançasse mensagens ambíguas: enquanto as orientações da agência de saúde do governo federal apoiavam as restrições à circulação de pessoas e o uso de máscaras, Trump criticou governadores democratas que adotavam essas medidas e geralmente não usava máscaras. Em março, o governo decretou emergência nacional, mas não chegou a desenvolver um esforço articulado com os estados para combater o vírus, nem foi criado um plano de vacinação nacional. Em meio à pandemia, Trump optou por retirar os Estados Unidos da OMS. Em julho de 2020, o país atingiu 131 mil mortos e mais de 2,8 milhões de casos (WORLDOMETER, 2022).

A pandemia afetou as condições nos quais se realizaria a campanha eleitoral de 2020,

bem como a própria eleição. Houve um número recorde de votos pelo correio, o que atrasou a contagem dos votos, favorecendo os discursos conspiratórios de Trump sobre fraude eleitoral – a maioria dos votos postais era para o candidato democrata Joe Biden. Ex-vice de Barack Obama, o centrista Biden vencera as prévias do partido, procurando unificá-lo, compondo a chapa com a senadora Kamala Harris, contra Trump. Durante a campanha atacou a gestão presidencial em várias questões, como a política ambiental, o tratamento às minorias, a saúde e, principalmente, o modo como o governo lidara com o coronavírus. Mais da metade da população (56%) desaprovava a gestão da pandemia pelo governo (MONTANARO, 2020).

Dois dias após o primeiro debate entre os candidatos à presidência, realizado em 29 de setembro e marcado por ofensas mútuas, Trump foi diagnosticado com Covid, o que foi um golpe à sua campanha, que procurava desviar o foco desse tema (SIDERS; MAHTESIAN, 2020). Num clima de forte polarização, a eleição registrou um número expressivo de votantes, mais de 158 milhões de eleitores – com cerca de cem milhões de votos antecipados –, representando a maior participação eleitoral desde 1990. A eleição foi realizada em 3 de novembro, e a contagem de votos durou vários dias, numa situação de indefinição sobre o resultado. No dia 4, Trump fez afirmações infundadas, como as de que estaria vencendo em estados importantes e de que haveria fraude na contagem dos votos (TIMM, 2020). No dia 7, as projeções sobre a contagem indicavam que Biden venceria e, na noite desse dia, ele fez um discurso celebrando o êxito. A vitória de Biden foi projetada em 7 de novembro, mas Trump recusou-se a aceitar a derrota, continuando suas alegações sobre fraudes. Também deu início a diversas ações judiciais, buscando reverter os resultados em determinados estados, sem sucesso. A totalização da contagem mostrou um resultado de 81,3 milhões de votos a Biden e 74,2 milhões a Trump e, em meados de dezembro, o Colégio Eleitoral formalizou a vitória da chapa Biden-Harris, com 306 votos, contra 232 para Trump e seu vice, Mike Pence. Em 6 de janeiro de 2021, em meio a tumultos estimulados pelo presidente, o Congresso dos Estados Unidos, numa sessão simbólica, contou os votos do colegiado e ratificou a vitória de Biden.

Trump estimulou seus apoiadores a protestar, por meio de falas contestatórias ao resultado e tweets em que os convocava para um protesto em Washington, em 6 de janeiro. Além disso, sua inação em reprimir os manifestantes e demora para pedir que eles se dispersassem também foi suspeita. É provável que, com número maior de apoiadores, apoio militar e sem repressão policial, Trump tentasse se manter no poder, por um golpe de estado. No entanto, isso não ocorreu e tanto o Twitter quanto o Facebook cancelaram as contas de Trump, alegando que ele poderia incitar violência. A investigação sobre esse episódio, além de outras, como sobre a manutenção indevida de documentos oficiais e sigilosos do governo pelo ex-presidente – o que levou à busca e apreensão desse material, pelo FBI, na residência dele, em agosto de 2022 (MANO, 2022) – tornam incerto o plano de uma nova candidatura presidencial que ele parecia cultivar.

2 Trajetória e contexto de Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro nasceu, em 21 de março de 1955, na pequena cidade de Glicério, no interior do estado de São Paulo, no Vale do Ribeiro. Terceiro filho da família, tinha outros cinco irmãos, dois homens e três mulheres. A gravidez complicada da mãe explica o nome do meio, atribuindo à religião cristã o nascimento do filho. O pai, Geraldo, era um dentista prático e a mãe, Olinda, dona de casa. A família mudou para várias cidades do interior, fixando-se em Eldorado, onde Jair Bolsonaro passou a infância, típica de uma criança dos meios populares: assistia a filmes do comediante Mazzaropi, ouvia música caipira no rádio, caçava passarinhos com espingarda de chumbinho, procurando ganhar algum dinheiro com a pesca e a extração de palmito silvestre. Por ser alto e ter pele branca, era chamado de Palmito, o que seria a origem do apelido *Mito* (CARNEIRO, 2018).

Em Eldorado, viveu um episódio, que relembra sempre, acrescentando detalhes talvez imaginários, a respeito de sua participação no combate à guerrilha contra a ditadura militar. Foi nessa cidade que Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército e então líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), montou uma base. Os militares foram em busca dos guerrilheiros e Bolsonaro alega tê-los ajudado, guiando-os em meio às matas da região. Como nota Carvalho (2019), não é impossível que isso tenha ocorrido, mas, se ocorreu, foi inútil, pois, naquela altura, os guerrilheiros já haviam furado o cerco e saído da região.

2.1 Carreira militar

Ao ajudar os soldados em Eldorado, Bolsonaro conta ter ganhado um folheto que informava sobre o concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) que o interessou. Prestou-o e foi aprovado, indo estudar lá em 1973, no entanto, não percebeu que deveria ter feito o concurso para a Academia Militar Agulhas Negras (Aman), já que completara o científico (equivalente hoje ao ensino médio). Assim, no final de 1973, concorreu e foi aprovado para a Aman, indo estudar lá em 1974. Como o nível de exigência nos estudos era mais alto, pensou em desistir, mas – aconselhado pelo pai – persistiu.

Destacou-se mais em atividades físicas e ganhou o apelido de *Cavalo*, pela saúde e força física. A equipe de instrutores, na época, tinha vários oficiais que participaram do combate à guerrilha do Araguaia, o que parece ter reforçado o anticomunismo de Bolsonaro. Ele fez, no último ano da Academia, um curso de paraquedismo e formou-se na turma de 1977. Serviu depois, com 22 anos, como aspirante a oficial de artilharia no bairro carioca de São Cristóvão e, durante um treinamento, salvou um soldado negro de afogamento, história que repetiria muitas vezes para se defender da acusação de racismo.

Em julho de 1979, se casou com Rogéria Nantes Nunes Braga, em Resende. Nesse mesmo ano, a pedido, Bolsonaro se transferiu para a longínqua cidade de Nioaque, no Mato Grosso do Sul (MS), onde ficou até 1981. Justificou-se pelo ímpeto patriótico de estar numa região de fronteira. Ainda que verdadeira, essa motivação era acompanhada por outras de teor material, pois, nessa ocasião, desenvolveu atividades como agricultor. Quando deixou o MS era pai do primeiro filho, Flávio, nascido em abril de 1981.

De volta ao Rio de Janeiro, em 1982, fez o curso de instrutor na Escola de Educação Física do Exército e se incorporou ao 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (GAC/PQDT), onde ficaria até 1987. Ainda em 1982, nasceu seu segundo filho, Carlos. No ano seguinte, recebeu repreensão de um superior por ter, em suas férias, garimpado na Bahia, o que teria mostrado imaturidade e ambição econômica. Ainda em 1983, aos 28 anos, foi promovido por antiguidade a capitão e, no ano seguinte, tem seu terceiro filho, Eduardo.

O Brasil vivia em 1986, o período da Nova República, com o governo civil de José Sarney. Ao lado de esperanças democráticas, havia dificuldades econômicas para os assalariados devido à inflação. As reclamações de Bolsonaro sobre o baixo valor dos soldos, no quartel, eram constantes, sendo repreendido por seus superiores. Nesse sentido, encontrou uma oportunidade para externar sua insatisfação quando foi convidado pela revista *Veja*, de prestígio no mundo político e com grande tiragem, para escrever artigo para a seção Ponto de Vista. O artigo, publicado na edição de setembro de 1985, teve o título “O Salário Está Baixo”. Ele foi o nascimento da *figura pública e midiática* de Bolsonaro, que, em sete parágrafos, fazia uma série de críticas à situação salarial das Forças Armadas. Notava que os desligamentos de oficiais da Aman ocorriam não por desvios de conduta, como a imprensa da época divulgara, mas devido à crise financeira e falta de perspectivas dos cadetes. No último final, dizia: “não consigo sonhar com as necessidades mínimas que uma pessoa do meu nível cultural e social poderia almejar. Amo o Brasil e não sofro de nenhum desvio vocacional.

Brasil acima de tudo” (BOLSONARO, 1986, p. 154, grifo nosso).

A última frase mais tarde seria incorporada ao nome da coligação da campanha presidencial de Bolsonaro (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), transformando-se também em slogan dela. E a sua origem remete a um brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, criado em 1968 e usado por um grupo de capitães paraquedistas nacionalistas de direita, que se autointitulavam Centelha Nativista. Observa-se, assim, como o nacionalismo e o anticomunismo estiveram presentes na formação militar de Bolsonaro.

O artigo de *Veja* caiu como uma bomba no meio militar, constringendo o ministro do Exército, na ocasião, o general Leônidas Pires Gonçalves e obrigando algum tipo de resposta. Ele soltou uma nota em que disse que o texto era um ato de indisciplina. Como tal, seria necessário aplicar punição ao capitão, conforme o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Desse modo, Bolsonaro recebeu uma pena de quinze dias de detenção, mas ganhou a solidariedade de colegas e notoriedade.

De acordo com a revista *Veja*, ele recebeu 150 telegramas de solidariedade assinados por oficiais da ativa e da reserva, de todo o país, bem como apoio público de oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) e de um grupo de mulheres de militares. Um dos telegramas de solidariedade era do general da reserva de extrema direita Newton de Oliveira Cruz, então, candidato à Constituinte pelo Partido Democrático Social (PDS) fluminense.

Bolsonaro externara o que muitos militares queriam dizer e o governo Sarney, no fim do ano, concedeu o direito ao 13º salarial a eles. Assim, após o período de detenção, ele retornou ao seu cotidiano no Exército, mas, pouco menos de um ano depois, um caso mais grave de indisciplina, envolvendo de novo a revista *Veja*, levaria ao fim de sua carreira militar.

Depois do artigo de *Veja*, ele se tornou fonte da revista e recebeu uma visita da repórter Cassia Maria Rodrigues. Ela queria informações sobre a repercussão na caserna de outro caso de militar punido por crítica similar à de Bolsonaro, mas acabou descobrindo um plano de realização de pequenas explosões nos banheiros de unidades militares, para pressionar o governo a dar aumento para a categoria. Em conversa com outro militar, o capitão Fábio Passos da Silva, com a esposa dele e com Bolsonaro, obteve informações sobre esse plano. Bolsonaro chegou a desenhar como se poderia fabricar uma bomba-relógio. Havia um acordo de sigilo entre a jornalista e suas fontes, mas ela se sentiu desobrigada a cumpri-lo, devido ao assunto. A informação foi publicada como texto de apoio de reportagem sobre a insatisfação dos militares, na edição 999 de *Veja*. Já no dia que a revista saiu, um domingo, 25 de outubro de 1986, Bolsonaro e o capitão Fábio foram convocados a prestar esclarecimentos.

Assim como Fábio, Bolsonaro negou o conteúdo da matéria e disse que recomendou que a repórter fosse conversar com o comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – onde ele estudava. Ambos redigiram e assinaram um relato sobre os fatos e foram dispensados. Vários veículos repercutiram a matéria, assim como o desmentido dos militares. Alguns dias depois, o ministro Gonçalves deu uma entrevista em que afirmou acreditar na versão deles e que, por isso, não seria necessária uma apuração. A revista *Veja*, entretanto, respondeu o ministro, já na semana seguinte, com matéria que dizia que Bolsonaro e Fábio tinham mentido, as provas seriam o esboço da bomba e testemunhas das conversas.

Apesar da fala do ministro do Exército, na verdade, já havia sido aberta uma sindicância sobre o caso, no dia 27 de outubro, na EsAO, que teve como primeiro inquirido o próprio Bolsonaro. E, com a nova matéria de *Veja*, a situação da dupla de militares piorou. Bolsonaro deu vários depoimentos, assim como outros envolvidos e foram feitos exames para comparar os desenhos que a revista publicara com a caligrafia dele. Com isso, foi unanimemente condenado. No entanto, a decisão precisaria ser ratificada ou não pelo Superior Tribunal Militar (STM), cabendo recurso. Bolsonaro recorreu, argumentando que houve um empate entre as perícias que buscaram atestar se a autoria dos desenhos era dele ou não.

Os ministros acolheram o argumento, e o inocentaram por oito votos a quatro. Mas não houve um empate entre as perícias, pois a quarta, atestando a autoria de Bolsonaro, retificava a segunda (inconclusiva). Desse modo, havia duas contra ele e uma não conclusiva, diferentemente da argumentação de Bolsonaro. Além disso, a gravação do julgamento, mostra que ele foi incomum, com os juízes mais preocupados em criticar a imprensa do que em analisar o caso. Isso sugere um possível acerto para preservar o réu – desde que ele saísse do Exército (CARVALHO, 2019). Isso acabaria ocorrendo, inicialmente, depois que ele decidiu se candidatar a vereador pelo Rio de Janeiro, obtendo uma licença, desde julho de 1988, apostando na notoriedade que sua defesa por melhores salários para os militares lhe garantiria.

2.2 Início da carreira política

Bolsonaro ingressou no Partido Democrata Cristão (PDC), poucos dias antes do prazo final de filiação partidária exigido aos candidatos. A campanha foi dirigida ao eleitorado militar, com panfletagens em lugares em que havia concentração deles, como a estação ferroviária da Central do Brasil e portas de quartéis (SAINT-CLAIR, 2018). Isso foi suficiente para que obtivesse mais de onze mil votos, sendo eleito. Desse modo, acabou, em 1988, passando para a reserva remunerada do Exército, aproveitando uma lei que obriga essa medida após a diplomação de militares para cargo eletivo (CARNEIRO, 2018).

O início do mandato como vereador foi discreto, mas ganhou certo destaque na imprensa em abril de 1989, quando aliou-se a outros vereadores contra a criação de cargos de assessores para a Câmara e ao votar contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Com frequência escrevia para a seção de cartas de leitores de jornais para atacar o Partido dos Trabalhadores; denunciar os baixos salários da tropa e das pensões de ex-combatentes, entre outros temas corporativos ligados aos militares (SAINT-CLAIR, 2018).

Nesse momento, segundo Saint-Clair (2018), ele teria percebido que ter um comportamento agressivo e impulsivo era uma forma eficaz de garantir espaço na mídia. Desse modo, começaria a forjar o personagem do *Mito*. Com base nessas estratégias, foi candidato a deputado federal e, mesmo sem apoio partidário, foi eleito com 67 mil votos – o sexto mais votado do Rio de Janeiro. Renunciou ao cargo de vereador e foi empossado no primeiro de seus sete mandatos consecutivos como deputado federal, sendo que, na última eleição legislativa que disputou para o cargo, foi o mais votado do Rio, com 464 mil votos.

Essa votação deve tê-lo animado a planejar a candidatura presidencial e esse projeto possivelmente justificou o seu breve período, a partir de 2017, no Partido Social Cristão (PSC), presidido pelo pastor Everaldo Dias Pereira. Bolsonaro tinha sido batizado por ele, em Israel, no ano anterior, já percebendo o potencial do eleitorado evangélico (DIEGUEZ, 2016). Outro elo com esse grupo é que sua atual esposa, Michelle de Paulo Firmino Reinaldo Bolsonaro, frequenta a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do pastor Silas Malafaia. Eles se casaram nela, em 2013, após uma união de seis anos, da qual já tinham a única filha mulher do presidente, Laura. O casal costuma ir a cultos e eventos evangélicos pelo país

2.3 O partido da família

Ao longo da carreira, Bolsonaro esteve em dez partidos: PDC (1987-1993), Partido Progressista Reformador - PPR (1993-95), Partido Progressista Brasileiro - PPB (1995-2003), Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (2003-2005), Partido da Frente Liberal - PFL (2005), Partido Progressista - PP (2005-2016), PSC (2016-2017), Partido Social Liberal - PSL (2018-2019) e desde 2021 está no Partido Liberal (PL). Depois de sair do PSL, pelo qual foi eleito

para presidência, após divergência com a cúpula da sigla, tentou organizar um novo partido, a Aliança pelo Brasil, no entanto, o projeto não prosperou. As três primeiras mudanças de partido se devem à alteração do nome da sigla, por fusões. O arco ideológico dos partidos é consistente: partidos mais próximos da direita. As mudanças partidárias podem ser atribuídas à busca de mais espaço nos partidos, para acolher seus familiares.

Com ironia, uma jornalista observou que “O partido de Bolsonaro sempre foi a família. A família dele” (OYAMA, 2020, p. 200). É notável como introduziu os familiares nela – as candidaturas, votações e partidos são mostrados na Tabela 1 –, começando por sua primeira esposa, Rogéria, que o havia ajudado em campanhas anteriores, liderando mulheres de outros oficiais. Bolsonaro, já como deputado federal, ajudou a campanha vitoriosa dela, em 1992, para vereadora pelo Rio de Janeiro. Ela teria sido uma parlamentar dedicada, atuando em temas como a defesa da mulher e planejamento familiar, obtendo quase o triplo de votos na eleição seguinte. Entretanto, ela e Bolsonaro tiveram desavenças, segundo ele, por Rogéria ter deixado de consultá-lo, antes de votações controversas (BOLSONARO..., 2018). Em 1997, eles se separaram e Bolsonaro retaliou-a na eleição de 2000, retirando o apoio e lançando o filho Carlos como candidato a vereador. Ele foi eleito, a mãe obteve apenas uma suplência. Como Carlos, na época da campanha, tinha 17 anos – foi o vereador mais jovem eleito até hoje –, teve que ser emancipado, e só tomou posse por ter feito 18 anos antes disso.

Tabela 1 - Desempenho eleitoral em eleições legislativas de membros da família Bolsonaro

Familiar/ Ano da eleição	1992	1996	2000 2002*	2004 2006*	2008 2010*	2012 2014*	2016	2018 2020*
Rogéria N. B. Bolsonaro	7,9 mil (PPR) Vereadora	24,9 mil (PPB) Vereadora	<i>5,1 mil (PMDB)</i> Vereadora	–	–	–	–	2 mil (Rep.) Vereadora
Carlos Bolsonaro	–	–	16 mil (PPB) Vereador	22,3 mil (PTB) Vereador	28,2 mil (PP) Vereador	23,7 mil (PP) Vereador	106,7 mil (PSC) Vereador	71 mil (Rep.) Vereador
Flávio Bolsonaro	–	–	31 mil (PP) Dep. Est.	43 mil (PP) Dep. Est.	58,3 mil (PP) Dep. Est.	160 mil (PP) Dep. Est.	–	4,4 milhões (PSL) Senador
Eduardo Bolsonaro	–	–	–	–	–	82,4 mil (PSC) Dep. Fed.	–	1,8 milhão (PSL) Dep. Fed.
Ana Cristina S. Valle (Cristina Bolsonaro)	–	–	–	–	–	–	–	<i>4,5 mil (PODE)</i> Dep. Fed.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados de várias fontes. Em itálico estão os casos em que as candidatas não foram eleitas. * A segunda linha é do ano de eleição para deputado estadual, federal ou senador.

Dando continuidade a esse projeto de poder com base na família, em 2002, o primeiro filho de Bolsonaro – que tem o hábito de chamá-los de Zero Um, Zero Dois e Zero Três, conforme a ordem de nascimento, num padrão que imita o Exército –, Flávio, foi eleito deputado estadual e se manteve na Assembleia Estadual do Rio por outros três mandatos. Ele tentou ser prefeito do Rio, em 2016, mas ficou em quarto lugar na disputa e foi eleito senador pelo Rio, dois anos depois, com grande votação. O filho Zero Três, Eduardo, conseguiu se eleger – estrategicamente por São Paulo – deputado federal, em 2014, e obteve, para o mesmo cargo, uma votação recorde, em 2018, aproveitando, assim como o Flávio, a popularidade do pai, candidato à presidência. Há ainda o caso da segunda mulher de Bolsonaro, com quem, a partir de 1997, ele viveu cerca de dez anos e teve mais um filho, Renan. Ela retomou o sobrenome do ex-companheiro, apesar de ter tido vários litígios com ele (SAINT-CLAIR, 2018), tentando aproveitar a onda eleitoral bolsonarista de 2018, mas não foi eleita.

Os filhos políticos de Bolsonaro encampam as bandeiras ideológicas do pai, ligadas à segurança – com distribuição de comendas a agentes de segurança, apoio a armar a população, pela pena de morte e redução da maioria penal. Defendem ainda valores morais conservadores, sendo contra a homossexualidade e o aborto. É possível que tentem dar

maior substrato intelectual e coesão à plataforma familiar de extrema direita, o que explicaria a aproximação com Olavo de Carvalho – Eduardo participou de uma das turmas do Curso Online de Filosofia (COF) ofertado por ele, em 2017.

Longe das cúpulas partidárias – antes da eleição presidencial –, e por isso, em certa medida, de olhos mais vigilantes da imprensa, Bolsonaro e os filhos não estiveram envolvidos nos escândalos de corrupção mais noticiados nos últimos no Brasil, como os da operação Lava Jato e, antes dela, do *mensalão*. Apesar disso, a imprensa fez acusações de uso inadequado da verba de gabinete e de nepotismo ao atual presidente (SAINT-CLAIR, 2018). Ao mesmo tempo, o envolvimento do clã com milicianos é notório e, em 6 de dezembro de 2018, um indivíduo próximo a eles, Fabrício José Carlos de Queiroz, foi citado numa reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* (SERAPIÃO, 2018), mostrando que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) indicou uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão no nome dele, entre 2016 e 2017. Queiroz, um ex-policia militar, fora, até pouco antes da divulgação do caso, assessor do filho mais velho de Bolsonaro e o ajudava a conseguir votos em quartéis policiais. Informados das investigações, por meios informais, o clã Bolsonaro decidiu exonerá-lo do gabinete de Flávio, antes da divulgação do caso. Registrado como assessor parlamentar, ele aparentemente, recolhia parte dos salários dos funcionários do gabinete parlamentar dele, na prática conhecida como *rachadinha*. Por manobras legais, a família tenta impedir investigações, mas as acusações sobre essa forma de enriquecimento ilícito atingem também Carlos Bolsonaro (ABREU, 2021) e o próprio presidente (MENDONÇA, 2022), desgastando a imagem de honestidade que tentam projetar.

Bolsonaro nunca foi um deputado de prestígio, influente entre os pares ou com uma voz respeitada pelo jornalismo de qualidade. Ele mesmo chegou a dizer: “Sempre fui do baixo clero em Brasília” (NO JORNAL..., 2018). Tentou por três vezes ser presidente da Câmara dos Deputados, em 2005, 2011 e 2017, e sempre conseguiu poucos votos. Além disso:

Na longa vida parlamentar, apresentou 162 projetos de lei e nove propostas de emendas à Constituição, concentrando-se em três eixos: Forças Armadas, segurança pública e intervenção estatal. Sem força na Casa, só conseguiu emplacar dois deles, o PL-2514/1996, que prorrogaria benefícios fiscais para os segmentos de informática e automação e o PL 4510/2016, relativo à liberação da substância que ficou conhecida como base de uma suposta pílula para curar câncer. (CARNEIRO, 2018)

2.4 Estratégias eleitorais e a mídia

Apesar dos mandatos pouco produtivos, Bolsonaro se tornou um deputado popular, continuamente reeleito e capaz de distribuir seu capital eleitoral entre os familiares. Como isso foi possível? A partir de duas estratégias. Em primeiro lugar, seguindo a lógica das eleições legislativas no Brasil, investindo em nichos específicos que pudessem lhe garantir votos suficientes para a ser eleito: inicialmente, os militares, depois, forças policiais ou parapoliciais, milicianos e grupos de direita, de extrema direita e conservadores em geral.

Uma reportagem abordou a descoberta de que Bolsonaro era divulgado por neonazistas brasileiros, desde 2004, em site do grupo (DEMORI, 2021). O livro de Manso (2020) sobre as milícias no Rio mostra que Bolsonaro e seus filhos desenvolvem relações com uma rede de paramilitares e milicianos no estado, não por acaso, empregaram familiares de milicianos, policiais ligados a milícias – como Fabrício Queiroz – ou os homenagearam em parlamentos, para obter votos. Esses exemplos ilustram a primeira estratégia.

A segunda foi se tornar amplamente conhecido, por meio da mídia, primeiro a

tradicional e, depois, por meios digitais próprios. Assim como Trump, dentro da lógica da política como espetáculo, ocupou espaços tanto nos jornais da mídia *mainstream* quanto em programas de variedades e humorísticos, como uma figura folclórica e que, pelas declarações polêmicas, preconceituosas e extremistas, garantia audiência. Nascimento et al. (2018), que analisaram a imagem pública de Bolsonaro construída ao longo de trinta anos por dois jornais, destacam que as pautas políticas contra os direitos humanos, a apologia à ditadura e ao golpe militar, a defesa dos direitos dos militares e o incentivo à tortura e à violência foram as mais comuns. Quanto à forma de expressão, “as agressões verbais compõem uma parte considerável da imagem pública [...] as polêmicas desencadeadas por insultos terminam por alimentar a visibilidade” (NASCIMENTO et al., 2018, p. 149).

Declarações racistas, misóginas, homofóbicas, contra a democracia e os direitos humanos feitas por Bolsonaro lhe renderam ameaças de cassação e processos judiciais, mas, resguardado pela imunidade e liberdade de expressão garantida por seus mandatos e pelo corporativismo dos pares, iniciativas desse tipo não prosperaram. Numa entrevista à TV Bandeirantes, em maio de 1999, por exemplo, defendeu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso e expressou saudosismo pela ditadura militar, dizendo que a democracia tinha falido no Brasil. Houve ameaça de cassação, mas ele foi poupado.

A estratégia de obter atenção da mídia, pela criação de pânico morais ou ultraje público, também se deu em suas acusações contra o suposto *kit gay* (ROMANCINI, 2018), material educativo voltado à diversidade que, por críticas como as de Bolsonaro, acabou cancelado, em maio de 2011. Outro episódio significativo é a fala do então deputado, em 17 de abril de 2016, ao declarar o voto a respeito do afastamento da presidente Dilma Rousseff, quando defendeu a ditadura de 1964 e evocou, em tom de homenagem, o coronel e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A importância do uso da internet, antes e durante a campanha de 2018, para a eleição de Jair Bolsonaro, é consensual entre os analistas. Ela se relaciona à mudança no consumo de mídia da população no Brasil, com o declínio da influência dos meios tradicionais e a ascensão dos digitais. Bolsonaro foi capaz de “estabelecer sua própria presença nas mídias sociais. Muito disso ficou por conta dos filhos, Flávio, Carlos e Eduardo. Carlos parece ter sido especialmente importante, criando a conta da família no Twitter, em 2009, e um blog da família, um ano depois” (LAPPER, 2021, p. 40, tradução nossa). A estratégia dos Bolsonaro de uso de mídias digitais é, além de precoce, continuada e atenta a novidades.

Esse esforço de ocupação do ambiente digital se associa a uma tendência similar de outros atores da *nova direita* no país. Olavo de Carvalho é o maior exemplo. Mas há também os *think tanks* e movimentos, como o MBL, dando forma a um “contrapúblico” (ROCHA; MEDEIROS; SOLANO, 2021). Embora dê continuidade a antigas linhagens conservadoras no Brasil, essa direita assumiu aparência distinta, devido à “retórica parcialmente renovada, especialmente por meio do olavismo, e seu alcance populista por meio do ciberativismo” (WINK, 2021, p. 265).

2.5 Campanha eleitoral e a eleição para presidente

Em dezembro de 2016, Bolsonaro deu uma entrevista na *semana dos presidenciáveis* do programa *Pânico no Rádio*, e disse: “a minha ascensão é no vácuo político que está aparecendo” (BILENKY, 2017). Ele já alcançava 9% em algumas pesquisas. De fato, havia um vácuo ou conjunto de circunstâncias propício ao seu sucesso, em outras circunstâncias, improvável. Destacando a excepcionalidade do candidato, Nicolau (2020) nota que ele concorreu por um micropartido, gastou pouco mais que um deputado federal em campanha, teve um tempo ínfimo no horário eleitoral gratuito de propaganda eleitoral e fez uma

campanha que rejeitou uma recomendação básica dos especialistas: moderar o discurso para obter o voto do eleitor de centro. Mesmo assim, a candidatura dele conseguiu romper o virtual duopólio entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT, desde 1994, no qual esses partidos disputavam entre si a presidência. Algumas das condições de conjuntura da época que, segundo analistas, fizeram com que isso ocorresse podem ser destacadas.

É consenso que havia uma crise no país, antes da eleição de 2018, que por vezes é vista como remontando ao ano de 2013 e suas manifestações de rua – as *Jornadas de Junho* – que evidenciaram o mal-estar dos cidadãos com os governantes. A crise tinha componentes, inter-relacionados, políticos, econômicos e sociais e jurídico-policiais. Essa dimensão remete à Operação Lava Jato que apontou casos de corrupção em partidos políticos, empresas estatais e privadas. Ela obteve forte popularidade, sobretudo antes de 2019 – quando o chamado escândalo da Vaza Jato mostrou, com a divulgação de conversas de aplicativos de texto, o conluio entre o juiz Sergio Moro e procuradores, em reportagens do site *The Intercept Brasil*.

A Lava Jato foi responsável por tirar a principal liderança do PT, Lula, da disputa eleitoral, bem como produzir em vários grupos sociais não só rejeição à política, de maneira geral, mas também o *antipetismo*. Esse sentimento foi também fomentado pelos meios de comunicação tradicionais e por uma série de movimentos – como o Movimento Brasil Livre (MBL) o Vem Pra Rua, o Revoltados On-Line, desde 2013 e depois nos protestos contra o governo Dilma, de 2016 – que souberam fazer uso de mídias com esse fim (DAVIS; STRAUBHAAR, 2020). Desse modo, essa operação provocou fissuras no sistema político.

A crise política também envolveu os problemas no governo de Dilma Rousseff que resultaram em seu impeachment, em 2016, visto por muitos como um golpe parlamentar, conduzido pelo vice-presidente. O governo pós-impeachment não foi capaz de superar a crise econômica e social, atingindo níveis recordes de desaprovação popular (TEMER..., 2018). A crise e a rejeição à política se refletiram em percepções negativas da democracia. Dados do Latinbarômetro mostram que, no ano da eleição, havia mais pessoas indiferentes à natureza do governo – democrática ou não – do que optando sempre pela democracia (46% versus 38%).

Os problemas econômicos podem ser sintetizados na perda da dinâmica de crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,47%). Em termos de crise social, a questão da violência e da criminalidade é destacada por autores como Hunter e Power (2019), que observam que o país teve, em 2017, cerca de 64 mil assassinatos – ou 30,8 assassinatos por 100 mil habitantes. Embora o combate a esse problema seja, fundamentalmente, dos governos estaduais, o eleitor médio não faz essa distinção e tende a prestar atenção em como os candidatos à presidência se posicionam sobre ele.

Lapper (2021) fala da ascensão de Bolsonaro à presidência pela ativação de um populismo latente no país, a partir de três fatores, similares aos expostos – crise econômica, escândalos de corrupção e aumento da criminalidade violenta. “À medida que a recessão se aprofundava em 2016, e a raiva sobre a corrupção e a ansiedade sobre crimes violentos crescia, fortes ventos populistas começaram a soprar” (LAPPER, 2021, p. 32, tradução nossa).

Na eleição de 2018, o principal sentimento mobilizado foi a raiva, que se associava ao discurso de ruptura com o sistema político (MOURA; CORBELLINI, 2019). A candidatura antissistema de Bolsonaro estava à vontade nesse contexto, pois, como nota Saint-Clair (2018), parecia ter respostas a temas que preocupavam os eleitores. Desse modo, tirou proveito do suporte ao combate à corrupção, apoiando a Lava Jato, e da questão da violência, propondo o endurecimento policial contra o crime. Além disso, apoiava bandeiras sociais conservadoras e criticava os movimentos de promoção de minorias.

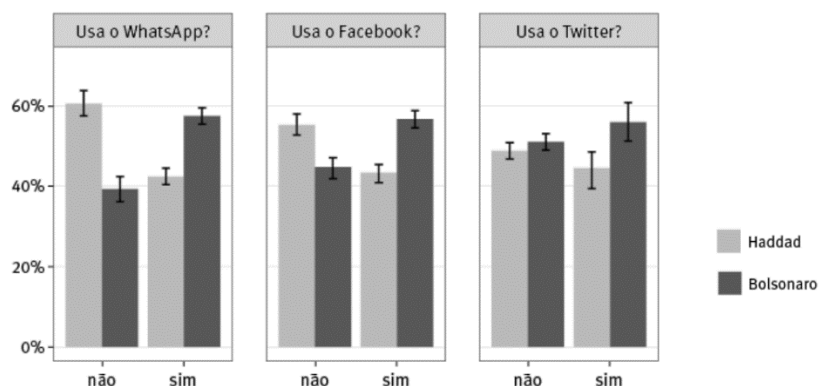
Tudo isso foi exposto, na campanha, na linguagem sem freios de Bolsonaro, o que deve ter ajudado a projetar, no plano subjetivo dos eleitores, a percepção de alguém autêntico (MOURA; CORBELLINI, 2019). Essa linguagem se adaptava bem à internet, soando como

algo lúdico e juvenil. O despojamento e simplicidade, com características de amadorismo, de sua comunicação, se refletiam ainda na autorrepresentação imagética de *homem comum* que extraordinariamente ocupa a presidência (MENDONÇA; CAETANO, 2021).

A centralidade das redes digitais na comunicação política de Bolsonaro é reconhecida, tanto na chamada campanha permanente (JOATHAN; REBOUÇAS, 2020), quanto nas ações nos períodos eleitorais. No caso dessa, o WhatsApp teve destaque, dada a possibilidade de que nele a informação se propague de forma geométrica, com maior engajamento dos usuários (MOURA; CORBELLINI, 2019). Estudando grupos de WhatsApp do então candidato do PSL, Piaia e Alves (2020) observaram características desse tipo, com o WhatsApp permitindo uma comunicação mais próxima do cotidiano das pessoas. Houve controvérsia se teria havido o impulsionamento de mensagens, pago por empresários pró-Bolsonaro, durante a campanha, conforme denúncia, de outubro de 2018, da *Folha de S.Paulo* (MELLO, 2018). Isso era ilegal, por ser uma forma de doação não declarada. As investigações concluíram, em 2021, que isso ocorreu, porém, o júri do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) optou pela não cassação da chapa presidencial de Bolsonaro, mas indicou que isso deverá ocorrer em situações semelhantes no futuro (VIVAS; FALCÃO, 2021).

Entre os usuários de três redes sociais – WhatsApp, Facebook e Twitter –, Bolsonaro foi o mais votado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Relação entre uso de redes sociais e intenção de voto, segundo turno (2018)



Fonte: Nicolau (2020).

Como observa Nicolau (2020), esses dados não permitem dizer que as redes sociais foram fundamentais para a vitória de Bolsonaro, mas evidenciam que o candidato do PSL dominou o debate nessas plataformas.

O conteúdo veiculado nessas plataformas com frequência se associa ao populismo, elaborando claras diferenciações *nós x eles/outros*, como é típico dos políticos dessa linhagem. Maitino (2020) identifica no bolsonarismo uma visão da política como um embate moral. A figura do *cidadão de bem* articulava essa estratégia discursiva, por meio de um apelo à ordem e crítica a variadas formas de corrupção social. A pesquisa qualitativa com eleitores/simpatizantes de Bolsonaro, de Solano (2018), aponta aspecto convergente sobre esse cidadão de bem que, para os entrevistados, estaria desprotegido pelo Estado, ao contrário dos *criminosos*. As políticas públicas, como Bolsa Família ou cotas seriam negativas, por fomentar a preguiça e o clientelismo, enquanto os movimentos de negros, mulheres e LGBTQIA+ abusam da vitimização ou *mimimi*.

A comunicação política fomenta a *comunidade moral bolsonarista*, nos termos de Alonso (2019, p. 52), que se “estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas”. Diferentemente de outros populistas, tanto de direita quanto de esquerda, Bolsonaro não ataca o neoliberalismo, notam

Cesarino (2019) e Maitino (2020), direcionando suas críticas a uma elite política e cultural.

Voltando a pontos que colaboram com o sucesso da candidatura de Bolsonaro, Lapper (2021) acrescenta um aspecto específico à própria atuação dele, que foi a construção de uma ampla aliança conservadora. Essa aliança envolveu os grupos insatisfeitos com as mudanças ocorridas no Brasil nos últimos governos mais à esquerda, particularmente os ruralistas, os evangélicos e os políticos e indivíduos envolvidos com o setor da segurança.

Há um ano da eleição, Bolsonaro já possuía entre 15 e 20 por cento em pesquisas eleitorais (HUNTER; POWER, 2019) e, embora tenha ingressado num partido então minúsculo para concorrer à presidência, o PSL, conseguiu grande controle sobre ele e foi favorecido pelas novas legislações para as campanhas eleitorais. Elas seriam mais curtas – 45 dias, em vez de 90 – e com gastos limitados, reduzindo a vantagem dos partidos consolidados. Além disso, dois fatos, próximos no tempo, praticamente selaram a vitória dele: o atentado sofrido na cidade de Juiz de Fora, em 6 de setembro, quando ele fazia campanha, uma semana depois do início da propaganda eleitoral de rádio e TV. A facada sofrida por Bolsonaro, efetuada por indivíduo com problemas mentais, o tornou conhecido pelos que ainda não sabiam quem ele era – devido à grande repercussão e cobertura de mídia do fato –, dificultou o uso de estratégias de campanha negativa contra ele, fez com ganhasse simpatia de muitas pessoas e permitiu que deixasse de participar em debates presidenciais formais, nos quais suas dificuldades argumentativas poderiam deixá-lo vulnerável (LAPPER, 2021). O atentado, como observam Moura e Corbellini (2019), não mudou o rumo da história, mas potencializou uma tendência de crescimento da candidatura de Bolsonaro. O outro fato foi o impedimento legal, em 11 de setembro, de Lula ser o candidato do PT, sendo substituído por um político menos carismático e conhecido, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Hadadd.

Outros candidatos, como Ciro Gomes, do Partido Democrático Brasileiro (PDT), Geraldo Alckmin, do PSDB, e João Amoedo, do Partido Novo (NOVO), tiveram poucas chances, devido ao cenário de polarização que se configurou. Bolsonaro não conseguiu evitar o segundo turno, porém, foi vitorioso no primeiro com 46% dos votos válidos, contra 29,3% de Haddad. No segundo turno, o petista sofreu para conquistar apoio de outros candidatos e elaborar uma estratégia eficaz de enfrentamento ao oponente. Assim, foi somente por um esforço final de militantes que a derrota não foi maior. O resultado do segundo turno, ocorrido em 28 de outubro, terminou com 55,1% – cerca de 57,8 milhões de votos – para o candidato do PSL contra 44,9% – 47 milhões – para o do PT. Bolsonaro ganhou em quase todas as regiões – a exceção foi a Nordeste – e seu eleitorado foi mais masculino, urbano, das grandes cidades e com marcante presença do voto evangélico: 70% dos eleitores desse tipo o escolheram.

Com o resultado, Bolsonaro se tornou o 38º presidente do país, o primeiro eleito explicitamente de direita (Abranches, 2019), e o primeiro do recente ciclo democrático a reclamar para si, com orgulho, a herança da ditadura militar. Para alguns analistas, esse é o marco do fim da *Nova República*.

2.6 O governo de Bolsonaro

Ao tomar posse, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro desfilou em um conversível com a primeira-dama e, numa deferência, com seu filho Carlos. Por vezes, fazia o gesto com a mão, imitando uma arma, que grande parte da população agora conhecia. No posterior discurso, falou em combater a corrupção, a discriminação e, acenando à sua base, a *ideologia de gênero*. Concluiu-o com seu slogan eleitoral: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*.

Bolsonaro muitas vezes externou sua admiração por Trump, e disse, durante sua

campanha, em 2017, que “Trump enfrentou os mesmos ataques que eu estou enfrentando – que ele era homofóbico, fascista, racista, nazista [...] Mas o povo acreditava em seu programa. Eu estava torcendo por ele” (BROOKS, 2018, tradução nossa). Não foi surpresa, portanto, que sua primeira visita oficial a um país – sem contar a anterior ao Fórum de Davos – fosse, em março, aos Estados Unidos, onde encontrou Trump. Ele anunciou na ocasião o fim do requerimento do visto para cidadãos estadunidenses. O gesto, entretanto, não teve reciprocidade. Durante a continuidade do mandato, o Brasil fez outros gestos favoráveis aos EUA, mas, para o Brasil, “quaisquer benefícios práticos desta chamada parceria entre os países foram difíceis de identificar” (FELINTO; GRUSIN, 2021, p. 8, tradução nossa).

Não cabe aqui um relato detalhado do governo Bolsonaro, ainda em curso, mas, para os objetivos de comparação com o ex-presidente dos EUA, é preciso notar que ele tem sido conturbado, com o presidente tendo uma perda contínua de colaboradores, inclusive o ex-juiz Sergio Moro, que se tornou seu Ministro da Justiça e que saiu do governo criticando o presidente por supostas tentativas de intervenção na Polícia Federal (PF). A agenda da campanha pouco avançou, devido a dificuldades de articulação política e problemas econômicos, com a inflação em nível mais alto, corroendo a popularidade do governo.

Não ocorreu, exatamente, uma moderação, retórica, política e administrativa no governo, contrariando as expectativas de alguns analistas e a hipótese da inclusão-moderação (TEPE, 2019) que propõe que políticos extremistas, quando assumem cargos eletivos, tendem a assumir posições mais centristas, mais favoráveis ao diálogo. Ocorreu a aproximação com os parlamentares do centrão – duramente criticado durante a campanha eleitoral, por representarem o que Bolsonaro chamava de *velha política*. O grupo, depois do primeiro ano do mandato presidencial, passou a integrar a base do governo, para sustentar suas medidas e evitar um processo de impeachment – há muitos pedidos, mais de cem, desde o início do governo (OS PEDIDOS..., s.d.). O apoio do centrão se dá em troca de cargos no governo, emendas e poder político. Para o cientista político Antonio Lavareda essa aproximação se deu frente ao insucesso de Bolsonaro tentar ser um presidente antissistema, e o governo avançou “na direção da gramática do presidencialismo de coalizão, que é imperativo em um país de regime presidencialista com multipartidarismo” (SCHREIBER, 2020).

No entanto, o centrão tem sido incapaz de controlar ou moderar completamente Bolsonaro, assim, ocorreram, ao longo do mandato, constantes recuos retóricos e promessas de contenção por parte do presidente, por exemplo, em relação às ameaças ao STF, ao sistema eleitoral, apresentado, sem nenhuma evidência concreta, como sujeito a fraudes, bem como à mídia. Os choques entre as diferentes alas do governo – grosso modo, os militares, os *ideológicos* (que incluem os filhos de Bolsonaro e os que têm herança olavista), os técnicos (como o ministro da Economia, Paulo Guedes) e os políticos profissionais do centrão – são comuns. Numa avaliação geral sobre o governo de Bolsonaro, Felinto e Grusin (2021, p. 18, tradução nossa) observam que ele não possui substância e é “repleto de fantasias míticas, inimigos imaginários, violência simbólica e real, e ficções, como sobre o poder miraculoso da hidroxicloroquina para prevenir a Covid”. Isso dá outro significado ao apelido *mito*. Como se viu, em relação ao passado de Bolsonaro, a construção de narrativas exageradas ou *mitificadas* é comum a eventos do passado; agora isso se também ocorre na atualidade.

A administração de Bolsonaro foi bastante afetada pela pandemia de Covid-19, como outras em todo o mundo. No caso brasileiro, houve forte semelhança nas ações de Bolsonaro e Trump em relação a essa doença. Isso custou ao país, pela demora na compra de vacinas e falta de uma estratégia nacional articulada de combate à pandemia, muitas vidas. Esses aspectos, aliado aos problemas econômicos, minam a popularidade de Bolsonaro, no entanto, o apoio a ele tem sido resiliente por parte de cerca de 30% do eleitoral. Ele já não provoca tanto entusiasmo, mas é possível que, ao tentar a reeleição, alcance ao menos o segundo turno.

3 Síntese comparativa

A comparação entre as descrições das trajetórias biográficas, contextos e relações com a mídia de Trump e Bolsonaro indicam diferenças importantes. Em primeiro lugar, as diferenças relacionadas às biografias envolvem:

1) Os meios sociais de que provêm são muito diferentes. Filho da elite econômica e com estilo de vida de celebridade, a autorrepresentação de Trump como *homem do povo*, por isso, difere da de Bolsonaro, e isso ajuda a entender certas divergências discursivas, como aponta o trabalho de Baronas e Ponsoni (2018), que, ao estudar fragmentos textuais de ambos, observa que eles elaboram o sujeito da enunciação de maneira diferente. O brasileiro assume uma linguagem de proximidade com seus receptores, diferentemente de Trump. Bolsonaro possui raízes, gostos, experiências de vida e costumes, efetivamente, mais próximos do indivíduo médio de seu país. A *vulgaridade comunicativa* em Bolsonaro parece ser mais natural, espontânea e é mais *popular* do que no caso do estadunidense.

2) As diferenças formativas e de caráter se refletem não apenas no uso da linguagem verbal ou escrita, mas também na gestualidade e autorrepresentação visual. A figura de Trump é mais formal e bem composta do que a de Bolsonaro.

3) Embora Trump tenha tido experiência educativa parcial em instituição militar, o ethos dessa formação é mais pronunciado em Bolsonaro – com o acréscimo de que, quando isso se deu, havia glorificação do combate ao esquerdismo nas Forças Armadas do Brasil.

4) A relação com a religiosidade e com o eleitorado religioso evangélico parece mais sincera em Bolsonaro – casado com uma evangélica praticante – do que em Trump. É provável que também exista nele componente político estratégico, mas é comum que o brasileiro fale sobre o papel que Deus teve em conduzi-lo ao cargo de presidente, bem como capacitá-lo a exercê-lo, depois de uma trajetória de vida sem brilho. Já o estadunidense prefere se mostrar como um empreendedor de si – ainda que ele seja herdeiro –, um excepcional homem de negócios, a quem o sucesso chega pelos próprios méritos. Os êxitos dele não se relacionam a uma autoproclamada religiosidade. Trump tinha posições liberais sobre as drogas ilícitas e a homossexualidade, temas caros aos evangélicos. Provavelmente mudou de ideia por conveniência.

5) Anderson (2019) observou que Bolsonaro é capaz de humor autodepreciativo de um modo que parece impossível a Trump. Há um episódio curioso, nesse sentido. Logo após vencer a eleição, Bolsonaro foi a um culto evangélico no qual o pastor Silas Malafaia fez um sermão, com o presidente eleito a seu lado, e disse que ele tinha sido escolhido, pois Deus opta pelas “coisas vis, de pouco valor” – momento em que Bolsonaro disfarça um sorriso –, entre outras observações desse tipo, conforme paráfrase da Bíblia (Coríntios 1:27-29), feita pelo pastor. Um trecho da gravação desse momento foi bastante divulgado nas redes sociais num vídeo (DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO, 2018), principalmente por críticos de Bolsonaro, pois soava cômico, devido ao histrionismo de Malafaia. Entretanto, de um ponto de vista religioso, ele saudava Bolsonaro. Ao quase rir disso, Bolsonaro demonstra sua cultura religiosa limitada e o humor autodepreciativo, o que não combina com Trump.

6) O senso de ridículo de ambos também é diferente: é difícil imaginar Trump mostrando uma caixa de cloroquina para uma ema, como Bolsonaro fez quando o Brasil chegava a 84 mil mortos pela Covid-19 (OLIVEIRA, 2020). É possível contra-argumentar, lembrando do apelido de *palhaço*, bem como o fato de que Trump sugeriu que os doentes de Covid pudessem tomar desinfetante para eliminar o vírus, no entanto, depois da recepção da sua fala, reagiu dizendo que fora “sarcástico” (TRUMP..., 2020), dentro do padrão de alegar má compreensão de uma piada. No caso, para evitar o ridículo que Bolsonaro teme menos.

7) A biografia de Bolsonaro não é marcada por conquistas e episódios grandiosos – daí, talvez, a tendência dele à fabulação e ao exagero (como no episódio Lamarca). Já a vida de Trump foi marcada pelos excessos mundanos que caracterizam as celebridades midiáticas. Mas, paradoxalmente, essas diferenças representam o alicerce de uma semelhança: ambos têm tendência à mentira, à megalomania e à mitificação sobre suas vidas.

8) Uma diferenciação parcial é que a contínua inserção de parentes no mundo político, por parte de Bolsonaro, se deu no âmbito legislativo e teve, aparentemente, razões, ao um só tempo, políticas – contrabalançando seu isolamento no Congresso – e econômicas, pois os filhos, o pai e em algumas circunstâncias a esposa podiam se apoiar mutuamente. Já Trump inseriu seus filhos e parentes de segundo grau em cargos ou missões no Executivo, mas sem preocupação econômica, sendo mais importante a lealdade política desse tipo de nomeação.

9) Outra diferenciação existente, com nuances, é que Bolsonaro não consegue se inserir organicamente ou criar um partido, enquanto Trump tomou de assalto o tradicional GOP e criou uma corrente política dentro dele, que hoje tem grande peso no partido. Nesse sentido, talvez a ideia de *trumpismo* como ideologia – mesmo sem Trump – seja mais viável do que um *bolsonarismo* sem Bolsonaro e seus filhos.

Agora, sobre o contexto social de ambos, as diferenciações incluem:

1) A crise brasileira, no momento da eleição de Bolsonaro, não se comparava com a situação dos EUA, quando Trump emergiu. A situação econômica do último país, na verdade, era ascendente. No entanto, como candidatos, ambos apostaram numa retórica populista de crise, medo e de salvação, dizendo-se capazes de redimir seus países. Para a construção da crise mobilizaram ressentimentos sociais de grupos variados, intensificando a raiva dos indivíduos pertencentes a eles, principalmente com o recorte nativista e de raça, nos EUA, país em que a questão da imigração tem relevância significativa, ao contrário do Brasil. O nativismo bolsonarista produz, por sua vez, uma série de inimigos ao cidadão de bem.

2) Situar-se no espectro ideológico da direita, nos EUA, não constitui uma dificuldade, em função de como isso é visto nesse país. Já no Brasil, havia tabus sobre o tema, em parte derivados do regime militar. Nesse sentido, Bolsonaro, num contexto de ascensão no país de uma *nova direita*, ativista e disposta ao confronto, sintetizou e consolidou essa tendência. De certo modo, o brasileiro foi pioneiro no que Wodak (2020), já no título de seu trabalho, chama de “desavergonhada normalização do discurso de extrema direita”.

Sobre as práticas de mídia, eles diferem em:

1) É possível afirmar que o uso da mídia – e de estratégias de personalização de mensagens e divulgação de desinformações – foi mais importante para a vitória eleitoral de Trump do que no caso de Bolsonaro. O ex-presidente dos EUA foi eleito com uma pequena diferença de votos – no voto popular, perdeu –, diferentemente do brasileiro. Assim, os efeitos positivos das ações mencionadas, ainda que pequenos, podem ter sido decisivos.

2) Trump foi, além de personagem, um produtor ou agente de mídia também no âmbito de meios de comunicação tradicionais, como o livro e a TV. Bolsonaro foi principalmente um personagem dela. Como autor, o que conseguiu, além do artigo de *Veja* que lhe deu fama, foi publicar cartas em jornais, de modo que se tornou efetivamente produtor apenas de mídia digital. Essa talvez tenha sido influenciada pelo tipo de programa de TV frequentado por ele, geralmente de teor popularesco, no qual a linguagem simples possui semelhança com a de sua comunicação digital.

Considerações finais

Talvez outros olhares para as descrições oferecidas consigam perceber mais diferenças, além das apontadas. Igualmente válido será aprofundar as relações entre as características das dimensões escolhidas, para compreender ou propor hipóteses sobre as formas de populismo autoritário de Trump e Bolsonaro.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.

ABREU, Ricardo. ‘Rachadinha’: Ex-funcionário de Carlos Bolsonaro na Câmara do Rio afirma ao MPRJ que nunca teve crachá nem sabe o nome dos colegas da época. **G1**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3KmP1wn>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ALEEM, Zeeshan. January 6 Capitol riot a reminder that Trump used humor as a weapon. **MSNBC**, Nova Iorque, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://on.msnbc.com/3SSDCrY>

ALLEN, Jonathan; PARNES, Amie. **Shattered**: Inside Hillary Clinton’s doomed campaign. Nova Iorque: Crown, 2017.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Bolsonaro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 215-254, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39xbusw>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BARONAS, Roberto Leiser; PONSONI, Samuel. Bolsonaro e Trump: (Des)semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**, Três Lagoas, MS, v. 14, n. 28, p. 24-35, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2tKaWdw>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BILENKY, Thais. Presenciável, Bolsonaro usa cota parlamentar em pré-campanha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2u2cb4B>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BOLSONARO, Jair. O salário está baixo. **Veja**, São Paulo, n. 939, 3 set., p. 154, 1986.

BOLSONARO tirou sua ex-mulher da política. **O Sul**, Porto Alegre, 15 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3R0w050>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BROOKS, Brad. A Trump-Bolsonaro bromance could be brewing after Brazilian’s big win. **Reuters**, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://reut.rs/3CEPLLt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CARNEIRO, Júlia Dias. Bolsonaro presidente: Infância em Eldorado, controvérsias no Exército e ascensão com antipetismo. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 28 out. 2018. Disponível em: <https://bbc.in/3QHbNS4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: A vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. doi: 10.11606/2179-0892.ra.2019.165232

CHARNEY, Noah. The monsters we create: On Stephen King’s “It,” the creepy clown epidemic and Donald Trump. **Salon**, São Francisco, 30 out. 2016. Disponível em:

<https://bit.ly/3CfBtAI> 2016. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, Andressa L. V.; BERNARDI, Ana Julia B. Respostas populistas à crise do coronavírus: Análise dos Twitters de Donald Trump e Jair Bolsonaro. **Political Observer – Revista Portuguesa de Ciência Política**, Lisboa, n. 14, p. 81-103, 2021. doi: 10.33167/2184-2078.RPCP2020.14/pp.81-103

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: Como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

D'ANTONIO, Michael. **The truth about Trump**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2016.

DAVIS, Stuart; STRAUBHAAR, Joe. Producing antipetismo: Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, Thousand Oaks, CA, v. 82, n. 1, 82-100, 2020. doi: 10.1177/1748048519880731

DEMORI, Leandro. Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PFOXZL>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DESEMPREGO nos EUA cai a 4,1% em outubro, menor taxa em 17 anos. **G1**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2017. Disponível em: <http://glo.bo/3c7qDCr>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. Malafaia para Bolsonaro: “Deus escolheu as coisas vis e desprezíveis e por isso te escolheu”. **YouTube**, 3 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3AViKJK>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DIEGUEZ, Consuelo. (2016). Direita, volver. **Piauí**, São Paulo, n. 120, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xWMOTE>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FELINTO, Erick; GRUSIN, Richard. Gore mediation and the bromance of Jair Bolsonaro and Donald Trump. **Revue Intermédialités**, Montreal, n. 37-38, p. 1-31, 2021. doi: 10.7202/1086245ar

GERAGHTY, Jim. In *The Art of the Deal*, Trump shows his soft side. **National Review**, Nova Iorque, 24 set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3AtapfW>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Strangers in their own land**: Anger and mourning on the American right. Nova Iorque: New Press, 2016.

HUNTER; Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, Baltimore, MA, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019. doi: 10.1353/jod.2019.0005

JOATHAN, Ícaro; REBOUÇAS, Hébelly. Campanha permanente em busca da Presidência da República: As estratégias de comunicação de Jair Bolsonaro no Facebook entre 2015 e 2018. **Eccom - Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena, SP, v. 11, n. 22, p. 377-398, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wvK9zb>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JUST, Marion; CRIGLER, Ann. Populism: The Achilles heel of democracy. In: KRÄMER, B.; HOLTZ-BACHA, C. (Eds.). **Perspectives on populism and media**: Avenues for research. Baden-Baden: Nomos, 2020. p. 125-144

LAPPER, Richard. **Beef, Bible and bullets**: Brazil in the age of Bolsonaro. Manchester: Manchester University Press, 2021

MAITINO, Martin Egon. Populismo e bolsonarismo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 13, e020002, 2020. doi: 10.20396/cemarx.v13i00.13167

MANO, Júlia. FBI apreende documentos secretos na casa de Trump. **Poder360**, São Paulo, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3AziGiG> 2022. Acesso em: 30 ago. 2022.

- MANSO, Bruno P. **A república das milícias**: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.
- MARS, Amanda. ‘Olhos que Condenam’: Cinco mártires no Central Park. **El País**, Madrid, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PssRd2>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MERICA, Dan, BRADNER, Eric, ACOSTA, Jim. Trump considers executive order on voter fraud. **CNN**, Atlanta, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://cnn.it/3RgwQdX>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 out., 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NKhptj>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MENDONÇA, Ana. Amigo de Bolsonaro confirma rachadinha em gabinetes da família. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jan., 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3pFZiu8>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MENDONÇA, Ricardo F.; CAETANO, Renato Duarte. Populism as parody: The visual self-presentation of Jair Bolsonaro on Instagram. **The International Journal of Press/Politics**, Thousand Oaks, CA, v. 26, n. 1, p. 210-235, 2021. doi: 10.1177/1940161220970118
- MONTANARO, Domenico. Poll: Climate becomes top priority for Democrats; Trump struggles on race, COVID-19. **NPR**, Washington, D.C., 19 set., 2020. Disponível em: <https://n.pr/3c8cp42>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: Por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- NASCIMENTO, Leonardo; ALECRIM, Mylena; OLIVEIRA, Jéfte; OLIVEIRA, Mariana; COSTA, Saulo. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 135-171, 2018. doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149019
- NEWMAN, Omarosa Manigault. **Unhinged**: An insider’s account of the Trump White House. Nova Iorque: Gallery Books, 2018.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- NO JORNAL Nacional, Bolsonaro reafirma posições conservadoras e ironiza Globo. **Poder360**, São Paulo, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3PLMsVy>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- NORRIS, Pipa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian populism. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.
- NOVOSELOVA, Olga V. Peculiarities of modern nationalist messages in online political communication: The analyses of Donald Trump’s and Jair Bolsonaro’s election campaigns. **Changing Societies & Personalities**, Ecaterimburgo, v. 4, n. 3, 350-371, 2020. doi: 10.15826/csp.2020.4.3.105
- OLIVEIRA, Eduardo. Bolsonaro e as emas: Depois de algumas bicadas, presidente leva cloroquina para as aves. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ApVWjJ>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- OS PEDIDOS de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. **Pública**, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3AoHNDp>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- OYAMA, Thaís. **Tormenta**: O governo Bolsonaro: Crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PENHA-LOPES, Vânia. **The presidential elections of Trump and Bolsonaro, whiteness, and the nation**. Londres: Lexington Books, 2022.

PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: Análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154, 2020. doi: 10.1590/1809-5844202037

PYBUS, Jennifer. Trump, the first Facebook president: Why politicians need our data too. In: HAPPER, C.; HOSKINS, A.; MERRIN, W. (Eds.). **Trump's media war**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 227-240.

ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas; SOLANO, Esther. **The Bolsonaro paradox: The public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: A reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, RJ, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018. doi: 10.22409/contracampo.v37i2.1102

ROMANO, Aja. What we still haven't learned from Gamergate. **Vox**, Washington, D.C., 7 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3dKWwNC>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SAINT-CLAIR, Clóvis. **Bolsonaro: O homem que peitou o exército e desafiou a democracia**. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2018.

SCHREIBER, Mariana. Governo Bolsonaro, 2 anos: A metamorfose da Presidência nesse período em 3 pontos. **BBC Brasil**, Brasília, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/3e1MVGg>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SERAPIÃO, Fábio. Coaf relata conta de ex-assessor de Flávio Bolsonaro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2G3b5Pa>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SIDERS, David; MAHTESIAN, Charlie. ‘This is the worst nightmare for the Trump campaign’. **Político**, Arlington County, VA, 3 out. 2020. Disponível em: <https://politi.co/3CITWeV>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Análise**, São Paulo, n. 42, maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3CDsGch>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

TEMER bate próprio recorde e é o presidente mais rejeitado da história. **Veja**, São Paulo, 10 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ckaDwS>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TEPE, Sultan. The inclusion-moderation thesis: An overview. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, Oxford: Oxford University Press, 2019. doi: 10.1093/acrefore/9780190228637.013.788

TIMM, Jane C. With states still counting, Trump falsely claims he won. **NBC News**, Nova Iorque, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://nbcnews.to/3QE9Wxq>

TRUMP, Donald J. First 100 days. YouTube, 1º maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3CEUBs6>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TRUMP diz que estava sendo sarcástico ao sugerir injeções de desinfetante. **Folha de S. Paulo**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ApZHFR>. Acesso em: 30 ago. 2022.

VIVAS; Fernanda; FALCÃO, Márcio. TSE tem 3 votos pelo arquivamento de ações contra chapa Bolsonaro-Mourão; julgamento é suspenso. **G1**, Brasília. 26 out. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3AK3vmS>. Acesso em: 30 ago. 2022.

WINK, Georg. **Brazil, land of the past:** The ideological roots of the new right. Cuernavaca: Bibliotopía, 2021.

WODAK, Ruth. **The politics of fear:** The shameless normalization of far-right discourse. 2^a ed. Londres: Sage, 2020.

WORLD media shock and dismay at Trump win. **BBC**, Londres, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://bbc.in/3Clr86C>. Acesso em: 30 ago. 2022.

WORLDOMETER. United States COVID. 22 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3dQ37u7> 2022. Acesso em: 30 ago. 2022.